

Leonardo V Lutz

Ponto de vista: Genes, cercas e liberdade

Autonomia, liberdade e sonho são idéias/sensações que materializam opostos não-excludentes, temperando de ilusão o que chamamos de realidade e, ao mesmo tempo, refletindo-se em concretas manifestações e práticas culturais que recheiam nossas formas de organização social. As múltiplas facetas concebíveis de liberdade são exemplos típicos daquilo que não conseguimos encaixar em definições, embora não tenhamos dúvidas sobre a sua existência, nem incertezas sobre os sentimentos referentes à sua prática. No imaginário coletivo, onde idéias podem ser transformadas em ideais, construímos a noção de autonomia, enquanto conceito, ao mesmo tempo em que a materializamos, enquanto meta. O Liberalismo e o Marxismo que o digam.

As idéias de autonomia, expressas na forma de perspectivas concretas, dimensionam caminhos coletivos. Logo, pode-se conceber uma arena política na qual os significados destas idéias, bem como suas práticas conseqüentes, sejam resultantes de disputas históricas em torno das representações e manifestações associadas aos sonhos de liberdade. De mãos dadas, Liberalismo e Capitalismo observam seus reflexos no espelho da hegemonia contemporânea. A ilusão socialmente construída de autonomia sob a qual vivemos, nem sempre por escolha própria, manifesta-se sob a forma da livre iniciativa, da propriedade privada dos meios de produção e do consumo, em relação aos quais a técnica e a dominação da natureza representam mecanismos cotidianos de manutenção de esferas de poder. A subjugação do planeta se constrói através da domesticação das forças da natureza, independentemente do fato destas entidades serem denominadas como organismos, gravidade ou fluxo de elétrons.

Convivemos com afirmações sobre a propalada autonomia, em relação à natureza, experimentada pelas civilizações

tecnológicas contemporâneas. É verdade que podemos controlar desde a temperatura, em ambientes fechados, até a presença de características desejáveis em embriões resultantes de fertilização artificial. Entretanto, os grupos que compõem o que entendemos por civilização ocidental, que praticam a domesticação, a propriedade privada e o consumo (bem como vivem em meio aos seus reflexos, como a homogeneização ambiental, uniformização cultural e exclusão) estão dentre os que mais proximamente se relacionam com a natureza. A aparente autonomia que experimentamos ao utilizar o botão do interruptor de luz ou o da caixa registradora, em verdade, nos insere como mais um dos elos em extensas cadeias de dependência e domesticação. Talvez, por sermos extremidades finais em teias de conexões, e por acreditarmos que o planeta possa ser trocado por moedas, tenhamos perdido a perspectiva dos processos que geram aquilo que pode ser consumido.

Não acho que estejamos *lejos de la naturaleza*. O enorme impacto global de nossa espécie não nos permite esta distância. Estamos tão próximos a ponto de não mais enxergarmos nossa própria natureza, perdida na miopia e ilusão do consumo. Atingimos a maior densidade populacional e ocupação territorial em toda a nossa história evolutiva. Novamente: nossa linhagem evolutiva relaciona-se muito intimamente à natureza. Só que a uma natureza dessacralizada e objetificada, cujo significado nasce (ou morre) na propriedade privada e cujo valor pode ser contado nas mortas-folhas-de-papel-de-dinheiro-que-já-foi-vivo. É incrível, mas nossa íntima relação com o em torno é extrema, e quase toda canalizada pela lógica da exclusão e do consumo, baseada na “natural” transformação em recurso do que antes era o metabolismo universal do sistema, tornando a vida um fenômeno distante e estranho, presa num tubo de ensaio e representada pelo verde do dinheiro inventado pelas ilusões que povoam nossos tubos (só que neurais).

O universo da transformação genótipo-fenótipo denota, claramente, como nossas concepções de natureza são capazes de moldar contextos de poder e exploração. O fenômeno da expressão genotípica é potencialmente rico por guardar relações universais à Vida. Genótipo e fenótipo

são definições de amplo alcance e altamente difundidas via universo escolar e acadêmico, conformando noções tão importantes à compreensão do fenômeno vivo quanto forma e função. Os conceitos de genótipo e fenótipo de certa forma definem um espaço contextual teórico onde cabem vários dos campos de pesquisa ora em voga, tais como biotecnologia, hereditariedade, ontogênese, morfogênese e evolução. Como qualquer conceito científico, genótipo, fenótipo e suas relações de transformação não só refletem o imaginário sócio-cultural de uma época como também dimensionam a construção do próprio modo como nos relacionamos e concebemos o fenômeno vivo.

As relações inerentes ao sistema genótipo-fenótipo se baseiam na existência de três conceitos-chave: algo que é herdado (material genético); o resultado da expressão do herdado, que reflete e redimensiona a manutenção do sistema (fenótipo); e a informação biológica, que define a existência do próprio sistema. A dinâmica temporal e espacial da informação biológica, herdada via material genético, seria redimensionada durante a própria construção da expressão fenotípica como resultado de todos os processos de desenvolvimento e evolução. Pode-se considerar esta forma de olhar a relação genótipo-fenótipo como potencialmente útil, já que amplia horizontes em nosso universo de compreensão, enfocando interrelações, ao invés de componentes, a partir das quais emergem propriedades ainda por descobrir, ao invés de descrições estáticas. A complexidade da expressão da informação biológica já não cabe mais somente nas definições de genótipo e fenótipo. Sentidos tão amplos como a “constituição genética de células ou indivíduos, frequentemente se referindo aos alelos de um ou mais genes em particular” (genótipo) ou “os caracteres que constituem as propriedades estruturais e funcionais de um organismo, genética ou ambientalmente determinados” (fenótipo) têm o efeito de generalizar este universo, definindo categorias tão amplas quanto estáticas e justificando limites entre ditos opostos. Genótipo e fenótipo são conceitos que não dão conta da transformação inerente à construção da forma e da função, mas antes limitam seu entendimento através da criação de mais um par de contrários: a informação biológica de um lado (de dentro, preferencialmente no núcleo) e sua expressão de outro (de fora e mediado pela nossa macro percepção). O estudo da informação biológica é bem mais importante que isso. Ela é uma interface concreta de ligação entre presente, passado e futuro, se constitui em ferramenta básica para o entendimento do surgimento do fenômeno vivo e das possibilidades de evolução futura, pode ser considerada como um dos alicerces da cultura humana, baseada *ad nauseam* em seleção artificial, melhoramento e

domesticação da biota ao redor, deve ser considerada em qualquer discussão que aborde a necessidade de construção de uma nova bioética etc. Trata-se de mais uma lente a desfocar nosso olhar na eterna miopia contemporânea que justifica a extrema separação entre o que é vivo e não-vivo, o qual recebe vários nomes como ambiente, fatores abióticos, planeta. Como não poderia deixar de ser, estes conceitos carregam alto conteúdo ideológico, refletindo um modo de pensar a natureza (dentre outras categorias como trabalho, capital, tempo, gênero, dinâmicas sociais,...) através de seus pontos de equilíbrio, estase e estática. Ou seja, interpretamos o mundo elegendo objetos, ao invés de contextos de relação. Esta não seria mais uma paródia social humana representada cientificamente?

Historicamente, a revolução burguesa pode ser considerada o resultado de um amplo processo de dessacralização da sociedade feudal hegemônica à época. O direito e poder exercidos durante o absolutismo medieval, não mais serve à nova ordem econômica, baseada na mercantilização das relações inéditas entre metrópole e colônias, mediada por uma nova classe social, a burguesia, detentora da convenção valorativa que, hoje, chamamos de moeda. A “imobilidade” das sociedades feudais, onde reis-deuses encarnavam o poder absoluto vitalício e onde as espécies-essências conservavam seu status de criação primordial, foi revolucionariamente substituída por formas mais transientes de organização social e representação política, mediadas por variadas formas de acumulação do capital que, por sua vez, herdado, significava poder. A essência do rei todo-poderoso, herdada geneticamente, passa a ser democratizada através da herança (não mais somente genética) da propriedade privada dos meios de produção. O caráter de mobilidade social é claramente aumentado: de inato, o poder passa a ter um valor, quantificado monetariamente, podendo ser comprado/vendido; todos, então, seriam livres e iguais, só que numa proporção direta ao tilintar metálico em suas guaiacas. A revolução burguesa, assim, mobilizou instâncias antes estáticas em novas formas de organização social mais fluidas e que conferiam maior esperança aos seus indivíduos; essa ilusão de democracia (democracia burguesa, exercida através de regimes republicanos, divisão de poderes, voto restrito ao patriarcado burguês e aristocracia rural, regimes de representação da ação política e cidadã), em verdade, se legitima como uma forma de dominação e exclusão assentada em outros pontos de equilíbrio.

É justamente nesses momentos de intensa transformação sócio-cultural, de uma ordem estática a uma de maior mobilidade caracterizada por estruturas distintas de exploração e exclusão sociais que se pode mapear o surgimento de pressupostos fundamentais à prática que atualmente chamamos de científica. Separa-se a mente do corpo e o espírito da carne, num processo estrondoso de

materialização do eu e do em torno. Tudo, reduzido à sua materialidade, torna-se objeto e, como tal, passível de receber valores e utilidades que, por sua vez, em nosso mundo contemporâneo, circunscrevem a pretensa totalidade das múltiplas maneiras através das quais captamos o mundo. De captado, o em torno passa a ser capturado através do que chamamos de entendimento que, em linhas gerais, justifica nosso mundo de etiquetas. Ou seja, nos movimentamos num universo cultural impregnado por noções, construído por práticas e representado por valores que apontam para pontos no sistema que sejam fixos, estáveis, estáticos, singulares e isolados; ao invés das suas nuances de transformação. Não parece mais uma das inúmeras facetas que a necessidade que temos de olhar, analisar e entender todas as dimensões deste mundo a partir da esfera individual assume?

Não gerimos as “riquezas naturais” de forma coletiva; a propriedade privada dos meios de produção (especialmente das porções da biota a que chamamos de terra) não deixa dúvida. Entendemos (pelo menos essa é a corrente hegemônica) o aparecimento e evolução de todas as formas de vida a partir da ação de seleção natural construindo adaptações, e seleção natural é uma força evolutiva que age explicitamente somente ao nível individual. Praticamos formas individuais de ação e pensamento dos mais variados modos nas instâncias mais cotidianas e, por isso mesmo, mais sutis e profundamente ancoradas em nossa constituição cultural. A técnica e nossa total devoção e fervor aos seus efeitos reinventa a quase totalidade das relações que podemos praticar em nossa atual esfera de existência, e nesse processo, recria valores, conceitos e sentimentos experimentados ao nível individual e redimensiona nossas possibilidades de evolução futura, criando novos vícios, possibilidades e necessidades coletivas. Que mundo complexo: cada um experimentando o mundo via psiquê/percepções individuais, como sempre foi; só que imersos/presos no mundo midiático da realidade inventada e ensinada via comunicação de massa.

Mesmo após todas estas considerações sobre o individualismo, é importante, em nossa época, olharmos para nós mesmos. Não só para descobrirmos nossos próprios ritmos face ao “tempo é dinheiro” global. Mas, principalmente, para evidenciarmos o vivo em nós, para praticarmos a natureza em nós, para encontrarmos a evolução em nós e para reconhecermos a grande rede em nós (ou os nós da grande rede). Se reconhecermos cada característica presente num ser vivo como dependente tanto da expressão da informação biológica herdada quanto da influência de contextos ambientais, pode-se questionar como nossas formas de organização social promovem a manifestação do potencial único de cada ser humano. Não

crecemos num mundo de cercas cotidianas, sendo moldados à medida em que nos formamos? E esta fôrma, em sua uniformização, não se constitui num dos inúmeros tipos de violência?

Neste universo de fractais, a propriedade perpassa a biosfera e avança até a topografia do DNA. Neste percurso, recebe o nome de patente e multiplica suas conseqüências e esferas de poder, já que se trata da molécula portadora da informação biológica, de onde emana um universo de possibilidades. A luta por liberdade, também, acontecerá nessa escala de organização do fenômeno vivo. Nossas próprias moléculas, as quais contribuem decisivamente para a formação de identidades individuais, já foram transformadas em mercadorias e ganharam mais uma etiqueta, de preço.

É importante reconhecermos que a visão utilitarista que recheia nossa relação com a natureza se baseia em duas facetas de uma mesma moeda. Se entendemos o mundo através das suas unidades componentes, acharemos natural a extrema relevância da livre iniciativa em nossos sistemas de organização social. E escolhendo olhar unidades, ao invés de sistemas de interação coletiva, estaremos justificando a transformação de organismos e processos vitais em objetos. É como um buraco: se constitui num caso de retroalimentação positiva. E é neste contexto que a espiral da Vida foi transformada em objeto e, como tal, alvo de compra e venda.

O mais irônico, talvez, é que a hélice de DNA se encontra intimamente relacionada à definição de esferas individuais de existência e coletivas de poder. A questão, como sempre, é como olhamos para este universo. Se só enxergamos o indivíduo como mais um dentre os mesmos (por exemplo, como mais um consumidor), ou se preferimos acreditar nas diferenças e no cultivo da unicidade. Se olharmos a informação biológica como mercadoria, estaremos rotulando qualquer ser vivo, incluindo nossa própria espécie, como objeto. Se olharmos o DNA como um universo de possibilidades, estaremos construindo horizontes de liberdade. A questão da autonomia passa, e muito, pelos genes. Do nós para o eu: preferiria que a individualidade genética mostrasse sua riqueza na manifestação da beleza única de ser mais um indivíduo único, ao invés de rimar com possibilidades de exclusão e opressão. Como sempre, a luta por liberdade começa e termina no interior de cada um.

Agradecimentos

A Luci Ribeiro, Odete Veiga, Walter Có e Elda Ribeiro, por compartilhar seus pensamentos após a leitura deste material.